

# Economia e Cultura Política: as influências na configuração do sistema partidário gaúcho.<sup>1</sup>

Juliana Macedo de Lima<sup>2</sup>  
Ronaldo Bernardino Colvero<sup>3</sup>

## Resumo

Neste artigo propomos uma revisão teórica entorno da concepção do sistema partidário do Rio Grande do Sul, com breve análise das principais influências da configuração deste, como a cultura política e a influência econômica, permitindo melhor compreensão da configuração partidária atual. A proposta é elaborada através de uma revisão bibliográfica, embasamos a análise sobre a trajetória dos partidos políticos no Rio Grande do Sul após a ditadura militar no Brasil, quando ocorrem mudanças relevantes no cenário político brasileiro, assim contribuindo para as configurações partidárias, bem como a criação de novos partidos. Através desta proposta, tivemos como resultados a grande influência da economia no desenvolvimento dos partidos políticos, bem como da cultura política gaúcha, sendo possível constatarmos a relevância da economia como recurso estratégico para a política do Estado gaúcho.

## Summary

In this article we propose a theoretical design around the party system of Rio Grande do Sul, with a brief analysis of the major influences of this configuration, as the political culture and economic influence, allowing a better understanding of the current party setup. The proposal is developed through a literature review, the analysis embasamos about the history of political parties in Rio Grande do Sul after the military dictatorship in Brazil, when relevant changes occur in the political scene, thus contributing to the party settings, as well as creation of new parties. Through this proposal, we had a great influence as a result of the economy in the development of political parties and political culture of the state, making it possible for verifying the relevance of economics as a strategic resource for state policy gaucho.

---

<sup>1</sup>Artigo vinculado ao projeto de pesquisa “O cenário político-partidário no Rio Grande do Sul pós-ditadura militar: continuação ou reformulação?” financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. 2012/2013.

<sup>2</sup>Graduanda no curso de Bacharel em Ciências Sociais – Ciência Política na Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA – Campus São Borja. Bolsista de Iniciação Científica pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico– CNPq. Contato: [julianamacedo.lima@gmail.com](mailto:julianamacedo.lima@gmail.com)

<sup>3</sup>Professor Doutor no curso de Ciências Sociais – Ciência Política na Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA – Campus São Borja. Professor efetivo no Programa de Pós-graduação em Memória Social e Patrimônio na Universidade Federal de Pelotas – UFPel. Contato: [rbcolvero@gmail.com](mailto:rbcolvero@gmail.com)

A política no período pós-redemocratização no Rio Grande do Sul foi desenvolvida de forma equilibrada e disputada entre os partidos de grande expressão, seja popular como o PDT (Partido Democrático Trabalhismo) criado em 1980, por ter um forte envolvimento com a questão trabalhista, ou como o PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), também fundado na década de 80, com o apelo de transformação social, de certa forma reacionária ao governo da época em que foi criado o partido. Sendo o PMDB sucessor do, até então antigo, MDB (Movimento Democrático Brasileiro) fundado em 1966.

Através da ARENA (Aliança Renovadora Nacional), criada em 1965, outros dois partidos foram fundados, o PDS (Partido Democrático Social), fundado 1980 por dissidentes da ARENA, e o PFL (Partido da Frente Liberal) fundado em 1985, todos – ARENA, PDS e PFL – com posição ideológica de centro-direita, que defendiam, principalmente, o liberalismo econômico, do exercício dos direitos humanos, entre outras linhas mais conservadoras da política, tanto econômicas, sociais e culturais.

A estrutura partidária no Estado gaúcho após a ditadura militar no Brasil, observamos as influências exteriores na configuração dos partidos e a forma com que representavam os interesses sociais, na tentativa de compreender a tendência partidária atual no Rio Grande do Sul, o predomínio partidário e as interferências no sistema multipartidário brasileiro. Tendo como problemática a possível concentração entre apenas dois partidos, a análise é necessária também entorno da distribuição da força política entre estes. Possuindo duas vertentes, a primeira é a polarização partidária e a segunda de que o cenário político rio-grandense se desenvolve de acordo com o sistema multipartidário nacional, observando então, a distribuição dos partidos pelo estado a fim de verificar se a posição ideológica é fator determinante.

O desempenho dos partidos quanto a sua função social, de representação, ou mesmo como afirma Ademar Bogo de que partido é a “parte consciente da sociedade” (2010, p.11), podemos pressupor que o jogo político deveria estar sendo desenvolvido por interesse de todos representado pela parte (partido), que segundo Sartori.

O partido foi ganhando forma não apenas no sentido de estruturação orgânica na sociedade, tendo a palavra o significado de “associação” da parte, com programa, princípios e métodos de ação, tendo em vista a tomada do poder e a administração da estrutura do Estado, mas também se diferenciou, assim, da palavra “facção”. Enquanto esta significava “parte contra o todo”, **o partido passou a representar “parte do todo”** (Sartori apud Bogo, 2010, p.12) (Grifo meu).

Levando também consideração de que a política gaúcha possuiu – e de certa forma ainda possui resquícios – uma forte influência coronelista por ser uma região de desenvolvimento econômico baseado na agricultura e possuir produtores de grande porte, donos de extensas terras, assim prevalecendo um envolvimento político, baseado no econômico, para a garantia e representação deste grupo, que como Vitor Nunes Leal coloca que “concebemos o ‘coronelismo’ como resultado da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada” (1997, p. 40), que desta forma sobrevive o aproveitamento e troca de interesses entre o poder privado e o poder público, sendo o privado representado pela minoria, possuidora de grande parte de terras e da economia estadual.

O que permite avalia de forma geral a qualidade e a interferência dos partidos no Estado rio-grandense no desenvolvimento, na representatividade da política e na mobilização social. Autores como Maurice Durveger (1980) e Giovanni Sartori (1982), teorizam o conceito de bipartidarismo e multipartidarismo, fazendo assim compreender por bipartidarismo, um sistema em que só existam dois partidos ou que apenas dois partidos consigam ter domínio (alternância entre eles no governo) e importância no cenário político. E multipartidarismo sendo um sistema que possui três partidos ou mais, que podem se apresentar em duas formas: desequilibrado e equilibrado.

Na primeira forma, a competição entre os partidos possuem um partido dominante, em que somando as porcentagens dos dois maiores partidos chega a 75% dos votos, onde este partido dominante obtenha mais de 40% dos votos totais, engendrando então um “sistema predominante”, onde um único partido domina as eleições e consegue se manter por um período prolongado, que na Ciência Política comprehende-se por um período de 4 legislaturas. Na segunda forma, a disputa eleitoral ocorre de forma balanceada entre os partidos, onde a porcentagem de votos entre os dois maiores partidos recebam juntos 50% dos votos totais, assim configurando um “sistema multipartidário” em que nenhum dos partidos se aproximem da maioria absoluta.

Existe a importância de se analisar os partidos, as suas ações e suas configurações (estrutura, força política e até mesmo ligações partidárias) a fim de auxiliar na busca de seus objetivos, até então, coletivos, nos quais possuem seus valores que podem levar a construção de conceitos a cerca das ideologias e de sua atuação no cenário político gaúcho. E dessa maneira, as discussões entorno destes elementos que

propiciam a efetivação do desempenho e desenvolvimento da função social que um partido tem como principal desígnio.

É importante lembrar que no final do último século, o Brasil vinha sofrendo um processo de mudança quanto à sua estrutura político-econômica. Porém, outros fatores durante o período, foram preponderantes para as alterações sofridas no Brasil. Tomamos como exemplo disso o ano de 1929, quando houve o *crash* da bolsa de Nova Iorque, uma das maiores bolsas de investimentos do mundo, fato que afetou não somente os EUA, como boa parte dos países do resto do mundo, que vinham se recuperando da I Guerra Mundial. E isso afetou inclusive a economia brasileira.

Como o café era o principal produto da economia do Brasil, a quebra da bolsa prejudicou as vendas do mesmo, fazendo com que o sistema econômico interno entrasse em colapso. Esta crise financeira desencadeou uma reação em cadeia, pois com o principal produto do mercado estocado não gerava mais empregos, já que era preciso frear a produção, e, como o Brasil em pleno século XX ainda tinha sua base econômica chefiada por latifundiários, sendo assim toda economia centrada no plantio e sem muitos investimentos tecnológicos, o país entrou em uma espécie de depressão.

No ano seguinte, em 1930, ocorreu o golpe de Estado comandado por Getúlio Vargas. Naquele momento o país iniciava uma nova fase, pois aquele fora um ano “um divisor de águas” (2007, p.27), já que foi a partir dele que o país começou a tomar um rumo diferente do que estava seguindo. Por meio do governo de tipo populista de Getúlio, a população passou a ter maior participação na vida social, como o direito ao voto, o direito de associação, que, vale destacar, desde então teve um crescimento considerável das manifestações. Este período do crescimento da participação popular foi interrompido somente trinta anos depois, no período militar.

Já no segundo governo de Getúlio (1950-1954), a economia passou a ser conhecida como *nacional-desenvolvimentista*, que já tivera início em 1930. Vargas, mesmo em um governo totalitário, teve como principal objetivo desenvolver a economia através de investimento tecnológico, na criação de empresas governamentais, estimulando assim o mercado financeiro e a vinda de empresas estrangeiras, além do desenvolvimento de empresas nacionais.

Porém, o que de fato relevante neste estudo, é que seguido de várias crises internas e externas, a sociedade brasileira se via sempre em constante mudança, onde o sistema capitalista crescia cada vez mais e o que mais importava era apenas o acúmulo de capital por parte dos proprietários, deixando como alternativa às camadas mais pobres da sociedade apenas vender sua força de trabalho para sobreviver.

Este sistema acabou provocando uma alienação social, fazendo com que as pessoas apenas pensassem em sobreviver e acumular capital, o que criou um enfraquecimento quanto à ação política dos indivíduos. Ou seja, a alta preocupação com o dinheiro e a pouca participação política modificou completamente a cultura política da sociedade brasileira, mesmo que nos anos de ditadura militar a população, principalmente estudantes e professores universitários, fizessem manifestações contra aquele sistema, observa-se que posteriormente àquela época os movimentos e a participação popular enfraqueceram.

Na sociedade atual, nos deparamos com uma realidade completamente semelhante à de um país que há mais de 80 anos atrás iniciava o seu ingresso no sistema capitalista pós-revolução social (França) e capitalista (Inglaterra), onde o envolvimento com a produção, venda da força de trabalho para consumo, tanto de suas necessidades básicas, quanto a outras necessidades que foram criadas pelo incentivo ao consumismo, foram afastando gradualmente as pessoas de suas atividades políticas. Dessa forma, estabeleceu-se a alienação ao processo de capital, impedindo o desenvolvimento pleno da democracia, pois através desta alienação, a democracia tornou-se apenas um meio de autorização, como afirma Chauí: “a democracia é um mecanismo para escolher e autorizar governos, a partir da existência de grupos que competem pela governança (... )” (2007, p. 145). Ou seja, criando disputas de (e pelo) poder, e a economia se tornando o principal meio de obter o controle econômico e social.

Observa-se o grande crescimento econômico no Brasil, com o desenvolvimento da indústria, pois, com a Primeira Guerra Mundial e, posteriormente a Segunda Grande Guerra, o país passou a produzir produtos que antes importava (2007, p. 27), “Não havendo mais interrupção deste processo, que até a década de 1950 houve grande avanço da indústria automobilística, e a partir de 1970, a produção de máquinas e equipamentos, deixando assim o país de ser definido “como um país essencialmente agrícola” (2007, p. 27).

Este período faz ressurgir o interesse pela história política do século XX e do comportamento atual, completamente reformulado a partir das novas criações humanas, onde o desenvolvimento tecnológico é o principal fator de crescimento da economia. Os países que possuem um grande desenvolvimento tecnológico possuem consequentemente maior capital, porém, a necessidade de trabalho para a sobrevivência é tão grande quanto o crescimento tecnológico e assim, o tempo que as pessoas dedicam para o trabalho e, posteriormente, ao consumir produtos, diminuem a participação dos indivíduos em questões políticas, as quais não deixam de ser de interesse comum. Como afirma Marilena Chauí:

Na esfera econômica, basta lembrarmos a universalidade abstrata do trabalho sustentado (e sendo sustentado por) a fragmentação absoluta do processo de trabalho para que percebamos a alienação inscrita no modo de produção, não apenas como sua face subjetiva, mas como processo objetivo. (2007.p. 73)

No entanto, por meio das mídias e, inclusive, de políticas de incentivo ao consumo, vindas do próprio governo, as pessoas perdem, ou, até mesmo, nem criam o interesse na participação política ativa, deixando de perceber o quanto essas ações possuem um grau elevado de importância, tanto de forma individual quanto de forma coletiva. É desta maneira que a sociedade se torna a conhecida “*massa de manobra*”, pois o governo consegue manipular a opinião social, justamente por esta não ter uma opinião formada sobre as próprias questões sociais. Ainda Chauí ressalta que:

Se, paradoxalmente, o trabalhador contemporâneo, enquanto trabalhador individual se reconhece no produto imediato, é porque não pode reconhecer-se como trabalhador coletivo efetivamente é, pois não só lhe escapa o significado global do processo produtivo como valoração e o significado parcial desse mesmo processo enquanto decisão e controle do capitalista e de seus dirigentes. (2007, p. 73)

Os partidos políticos disputaram solucionar em curto prazo um problema já relutante no Estado, as dificuldades econômicas no Rio Grande do Sul, se complicava cada vez mais com a falta de modernização no seu processo de produção, como podemos observar que somente o primeiro setor não estava mais sendo o suficiente para atender as demandas internas e externas, e o terceiro setor era quase inexistente, considerando que anterior a este período, o Estado gaúcho era praticamente rural.

Enfim, temos como resultado que o acesso ao poder entre os partidos ficou um pouco condicionada as questões econômicas no Estado e no país, com a fragilidade no sistema partidário e a inconsistência entre os partidos, obrigaram os partidos a procurarem uma nova ferramenta que auxiliasse neste processo de institucionalização do sistema, que apesar de necessitar que ocorre-se em todo o território nacional, as iniciativas nos estados brasileiros, eram de fundamental importância, assim como os partidos no Rio Grande do Sul, também quiseram estabelecer um jogo de poder somente possível com a nova ferramenta, a economia gaúcha.

## Bibliografias

- AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio. *Sistema Político Brasileiro: uma introdução*. São Paulo: Editora Unesp, 2007.
- BOGO, Ademar (org). *Teoria da organização política: escritos de Engels, Marx, Lênin, Rosa, Mao*. 2<sup>a</sup>ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- BONAVIDES, Paulo. *Ciência Política*. 10. ed. São Paulo: Malheiros, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- CHAUÍ, Marilena. *Cultura e Democracia: o discurso competente e outras falas*. - 12<sup>a</sup>ed.- São Paulo: Cortez, 2007.
- DUVERGER, Maurice. *Os partidos políticos*. 2<sup>a</sup>ed. Brasília: UnB, 1980.
- LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 3<sup>a</sup>ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997.
- SARTORI, Giovanni. *Partidos e sistemas partidários*. Brasília: UnB, 1982.
- WEFFORT, Francisco C. (org.). *Os clássicos da política*. Vol. 1. 13. ed. São Paulo: Ática, 2000.